

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim de Economia e Tecnologia publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O *Download* gratuito pode ser feito no site www.boletimdeconjuntura.ufpr.br.

INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

Nas datas de 4 e 5 de março ocorreu a 133ª do COPOM (Comitê de Política Monetária). Nesta reunião avaliou-se a conjuntura macroeconômica e as perspectivas para a inflação (dentre outras variáveis), onde se decidiu, por unanimidade, manter a taxa SELIC em 11,25% a.a., sem viés.

De acordo com dados do mercado, BACEN e Boletim Focus, as taxas de juros futuros dos últimos dois meses apresentaram redução, em especial, as de prazo mais longo. Contribuíram para esse movimento a divulgação de índices de inflação corrente inferiores ao esperado, a expectativa de elevação da classificação de risco soberano do Brasil, a apreciação do real ante o dólar, bem como a decisão do *Federal Open Market Committee* (FOMC) de diminuir a taxa básica de juros da economia norte-americana em 1,25 p.p. entre 22 e 30 de janeiro.

A taxa real de juros, medida pelo quociente entre a taxa nominal de um ano e a expectativa de inflação (suavizada) para os próximos doze meses, reduziu-se de 7,43%, em 21 de janeiro de 2008, para 7,31%, em 3 de março de 2008. Contudo, observa-se que o Brasil volta a ter a taxa de juros real mais elevada do mundo. De acordo com cálculos da UpTrend Consultoria, em segundo lugar fica a Turquia com 6,69% a.a., Austrália, 4,89% a.a. e México 4,18% a.a. na quarta posição, em termos de taxa de juros reais.

Para a manutenção do atual patamar da taxa de juros o COPOM considerou que há defasagens importantes entre a implementação da política monetária e seus efeitos sobre o nível de atividade e sobre a inflação. Nesse sentido, acredita-se que há algum efeito remanescente dos cortes de juros em 2007 que ainda não se refletiu no nível de atividade e inflação.

Ao longo dos próximos meses, o crescimento do crédito e a expansão da massa salarial real devem continuar impulsionando a atividade econômica. Somando estes fatores com as transferências governamentais e de outros impulsos fiscais esperados para este e para os próximos trimestres constata-se a cautela do COPOM e redução presentes da taxa de juros básica. Dessa forma, os remanescentes efeitos defasados dos cortes de juros sobre uma demanda agregada que já cresce a taxas robustas se somarão aos outros fatores que continuarão contribuindo de maneira importante para a sua expansão.

No que tange a administração da liquidez do mercado de reservas bancárias, o Banco Central realizou, semanalmente, no período de 22 de janeiro a 3 de março, operações compromissadas de longo prazo, tomando recursos por prazos de 5 e de 7 meses. No mesmo período, o Banco Central atuou em 29 oportunidades como tomador de recursos por meio de operações compromissadas de curtíssimo prazo. Realizou, ainda, operações de nivelamento, ao final do dia, com prazo de dois dias úteis. As operações de curtíssimo prazo, incluídas as de nivelamento, tiveram saldo diário médio tomador de R\$20,3 bilhões.

Em relação à inflação temos as seguintes expectativas, conforme a Tabela 1:

TABELA 1 - Expectativa de inflação nos próximos 12 meses

Curto Prazo	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje -07 a 12 de março
IPCA (%)	4,62	4,5	4,46
IGP-DI	4,77	5,31	5,31
IGP-M	5,56	5,88	5,87

Fonte: Boletim Focus.

No que diz respeito ao IPCA e ao IGP-M observa-se que a expectativa é de queda no comparativo com 4 semanas atrás. Em relação ao IGP-DI a expectativa de mercado para o período se mantém estável.

NÍVEL DE ATIVIDADE

Em março de 2008, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgou o Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira em 2007. O PIB representa a soma de todas as riquezas produzidas no país e é o indicador utilizado para acompanhar o crescimento econômico das nações.

Em 2007, o PIB cresceu 5,4%, chegando ao valor de R\$ 2,6 trilhões. Esse valor ficou acima da previsão de muitos economistas, sendo resultado de uma elevação de 4,8% do valor adicionado a preços básicos e de 9,1% nos impostos sobre produtos.

Em termos setoriais, a agropecuária apresentou o melhor desempenho em 2007, crescendo a uma taxa de 5,3%. O setor industrial cresceu 4,9% e o setor de serviços teve crescimento de 4,7%. Estes três setores representam a composição do resultado do valor adicionado.

Pelo lado da demanda, a despesa de consumo das famílias apresentou crescimento de 6,5%. O consumo da administração pública cresceu 3,1%, e a formação bruta de capital fixo registrou expressivo crescimento de 13,4%, mostrando a disposição do setor empresarial em investir. No setor externo as exportações aumentaram 6,6% e as importações tiveram alta de 20,7%.

O PIB *per capita*, isto é, a renda média por habitante do país, apresentou um aumento de 4,0%, em termos reais, em relação a 2006, alcançando um valor de R\$ 13.515.

A Figura 1 mostra a taxa de crescimento do PIB e do PIB per capita da economia brasileira desde o ano 2000, segundo dados do IBGE.

Segundo a Figura 1, a economia brasileira vem apresentando taxas de crescimento bastante variáveis. No entanto, desde 2005, o crescimento econômico vem mostrando uma tendência de elevação. O crescimento de 5,4%, em 2007, foi recebido com entusiasmo pela equipe econômica do governo. Porém, quando comparamos o crescimento brasileiro com o crescimento das outras economias emergentes, nosso resultado ainda é inferior.

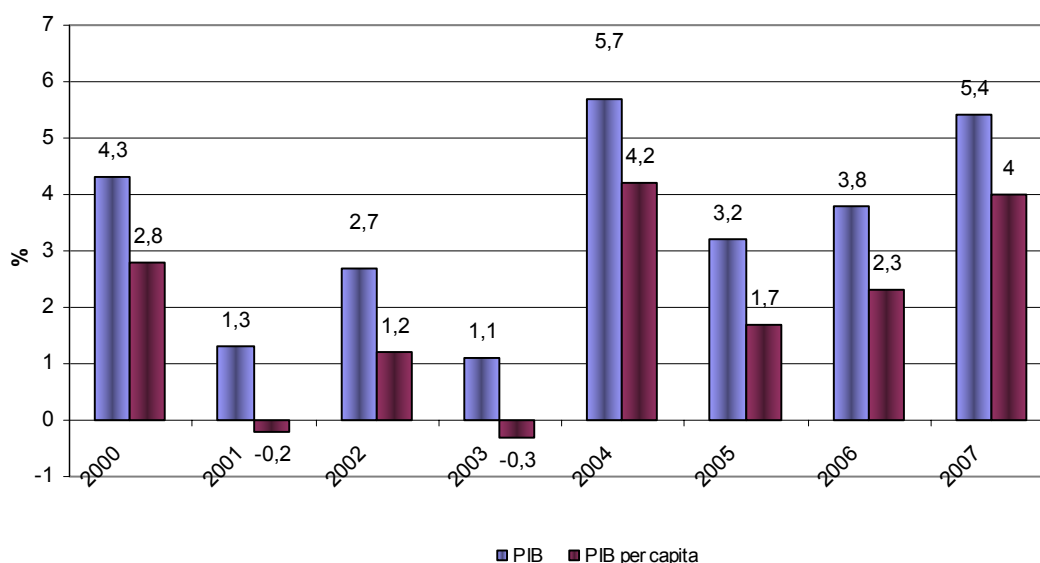


Figura 1 - Taxa de Crescimento do PIB e do PIB *per capita* (2000-2007)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ECONOMIA PARANAENSE

A taxa de câmbio aparece como um dos principais assuntos na pauta econômica. A novidade é que, no final de Fevereiro/2008, a taxa de câmbio rompeu a barreira de R\$ 1,70 por US\$ 1,00. Esse debate se deve ao câmbio extremamente valorizado, com conseqüências sobre a pauta de exportações do país e de cada uma de suas regiões. Adicionalmente, mudanças na competitividade das exportações, assim como das importações, afetam a estrutura produtiva de cada região.

Pela Tabela 2, percebe-se que ocorreram mudanças significativas na pauta de exportação paranaense. Alguns produtos ganharam participação com o aumento da demanda mundial por *commodities* e produtos industriais básicos, como, por exemplo, pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas; carnes de galos/galinhas cortadas em pedaços; óleo de soja, em bruto, mesmo degomado; açúcar de cana, em bruto; óleo de soja, refinado, em recipientes com capa; álcool etílico n/ desnaturado c/ vol. teor álcool; preparações alimentícias e conservas, de peru, madeira de coníferas, perfilada; carnes de outs. animais, salgadas secas, etc; e outras gasolinas.

Também chama atenção a perda de participação dos quatro principais itens da pauta de exportação paranaense. Apesar da queda, milho em grão, exceto para semeadura tem recuperado espaço depois de ter uma participação de apenas 0,59%, em 2005.

Automóveis com motor a explosão (1500<CM3<=3000, AT), um item com um mercado mais dinâmico perdeu metade da participação no período. Um caso parecido é o de outros motores de explosão (p/veic.cap.87,sup), automóveis com motor a explosão (1000<CM3<=1500, AT), bombas injetoras de combustível para motor diesel, outras partes e acess.p/tratores e veículos.

TABELA 2 – Participação dos 30 principais produtos na pauta de exportação do Paraná (2007): em porcentagem (%)

Descrição NCM	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	8,48	6,58	9,44	13,52	15,05	15,02	12,59	15,35
BAGACOS E OUTS.RESIDUOS SOLIDOS,DA EXTR.DO OL	7,68	7,94	8,8	11,51	12,2	13,28	14,2	14,52
AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO,1500<CM3<=3000,AT	5,52	3,98	4,5	4,47	7,55	10,61	12,19	10,84
MILHO EM GRAO,EXCETO PARA SEMEADURA	5,52	3,41	0,59	4,72	4,11	4,08	6,79	-
PEDACOS E MIUDEZAS,COMEST.DE GALOS/GALINHAS,C	4,93	4,81	5,34	4,11	3,35	3,23	2,65	1,79
CARNES DE GALOS/GALINHAS,N/CORTADAS EM PEDACO	4,07	3,4	4,02	3,12	2,88	2,58	3,39	3,21
OLEO DE SOJA,EM BRUTO,MESMO DEGOMADO	3,85	3,48	3,42	4,9	5,69	4,68	3,15	3,37
ACUCAR DE CANA,EM BRUTO	3,11	4,08	2,22	1,65	2,41	2,26	2,87	2,57
OUTS.MAD.COMP.FOLHEADA,ESPESS.Ñ SUP.A 6MM	2,41	-	3,94	4,51	3,92	2,84	2,15	2,76
OLEO DE SOJA,REFINADO,EM RECIPIENTES COM CAPA	1,95	1,7	1,15	1,31	1,67	0,58	-	-
OUTROS MOTORES DE EXPLOSAO,P/VEIC.CAP.87,SUP.	1,82	4,21	4,04	4,44	4,86	4,6	2,89	0,41
INJETORES PARA MOTORES DIESEL OU SEMIDIESEL	1,82	1,73	1,07	1,17	0,97	0,95	0,75	1,02
AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO,1000<CM3<=1500,AT	1,8	2,38	4,61	0,41	-	-	-	-
ALCOOL ETILICO N/DESATURADO C/VOL.TEOR ALCOO	1,5	1,21	0,46	0,3	-	-	-	-
CAFE SOLUVEL,MESMO DESCAFEINADO	1,5	1,61	1,59	1,3	1,51	1,47	1,81	2,51
CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM	1,29	1,75	1,3	0,92	1,05	1,24	1,08	1,62
OUTROS TRATORES	1,26	1,18	1	0,6	0,92	0,66	0,33	0,34
PREPARACOES ALIMENTICIAS E CONSERVAS,DE PERU	1,13	0,82	0,19	0,01	-	-	-	-
BOMBAS INJETORAS DE COMBUSTIVEL P/MOTOR DIESE	1,11	1,49	1,89	1,47	0,86	0,69	1,12	2,31
MADEIRA DE CONIFERAS,PERFILADA	1,02	1,63	1,04	0,27	-	-	-	-
TRATORES RODOVIARIOS P/SEMI-REBOQUES	0,98	1,02	0,99	0,88	0,43	0,42	0,45	0,58
CARNES DE OUTS.ANIMAIS,SALGADAS,SECAS,ETC.	0,97	0,07	-	-	-	-	-	-
MADEIRA DE CONIFERAS,SERRADA/CORTADA EM FLS.E	0,91	1,32	1,56	1,48	1,61	1,82	1,6	1,97
OUTRAS GASOLINAS	0,76	0,32	0,17	0,03	-	-	-	-
OUTRAS MAQUINAS E APARELHOS P/COLHEITA	0,65	0,46	0,59	0,87	0,55	0,19	0,32	0,14
CHASSIS C/MOTOR DIESEL E CABINA,CARGA>20T	0,64	0,51	1,03	0,31	0,51	0,08	0,11	0,51
OUTRAS PARTES E ACESS.P/TRATORES E VEICULOS A	0,64	0,72	0,6	0,43	0,38	0,41	2,6	3,5
PRODS.SEMIMANUFAT.DE FERRO/ACO,N/LIGADOS,CARB	0,62	0,51	0,52	0,54	0,56	0,29	0,13	0,06
CAFE NAO TORRADO,NAO DESCAFEINADO,EM GRAO	0,6	0,85	0,66	0,71	0,65	0,56	0,42	0,88
AUTOMOVEIS C/MOTOR DIESEL,CM3<=1500,ATE 6 PAS	0,6	0,47	0,88	0,04	-	-	-	-
TOTAL DA PARTICIPAÇÃO DOS 30 PRODUTOS	69,14	63,64	67,61	70	73,69	72,54	73,59	70,26

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SECEX/MDIC.

Assim, apesar do ganho em algumas *commodities* e bens industriais básicos e da maior diversificação destes com a perda de participação da soja e de alguns de seus derivados; os produtos com valor agregado mais elevado e de maior dinamismo, ou seja, com uma elasticidade renda mais elevada, parecem estar perdendo participação na pauta de exportação do Paraná, mesmo com alguns desses segmentos tendo ganho participação, no período 2000-2007.

SETOR EXTERNO

Seguindo a mesma discussão realizada para o estado paranaense, o câmbio se apresenta como a principal variável na determinação das mudanças na pauta de exportação brasileira ocorrida nos últimos anos. Para o caso brasileiro os efeitos da elevada demanda internacional por produtos industriais básicos e *commodities* e da valorização cambial sobre a pauta de exportação são ainda mais nítidos.

A elevação das exportações de óleos brutos de petróleo seria de se esperar pelo aumento da exploração deste, no território nacional. No entanto, de acordo com os dados apresentados na Tabela 3, é visível o aumento da participação de produtos industriais básicos ou *commodities* como: 1) minérios de ferro aglomerados e seus concentrados; 2)

outros grãos de soja, mesmo triturados; 3) açúcar de cana em bruto, até 2006; 4) pedaços e miudezas, comest. de galos/galinhas, congelados; 5) carnes desossadas de bovino, congeladas; 6) outs. açucares de cana, beterraba, sacarose e quim. pura, sol; 7) milho em grão, exceto para semeadura; 8) ferro fundido bruto não ligado, c/peso $\leq 0.5\%$ de fósforo; 9) outras gasolinas; 10) fuel-oil; 11) carnes de galos/galinhas, n/cortadas em pedaços, congel.; 12) álcool etílico n/desnaturado c/vol.teor alcoólico $\geq 80\%$; e 13) ferroniobio.

TABELA 3 – Participação dos 30 principais produtos na pauta de exportação do Brasil (2007): em porcentagem (%)

Descrição NCM	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	5,54	5	3,51	2,61	2,9	2,8	1,24	0,29
MINERIOS DE FERRO NAO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	4,43	4,17	3,74	3,15	3,12	3,34	3,29	3,36
OUTROS GRAOS DE SOJA, MESMO TRITURADOS	4,17	4,11	4,51	5,57	5,86	5,01	4,67	3,96
OUTROS AVIOES/VEICULOS AEREOS, PESO > 15000KG, VAZIOS	2,34	1,71	1,52	1,22	0,08	0,6	0,86	1,09
MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	2,14	2,32	2,41	1,78	1,6	1,7	1,74	2,17
CAFE NAO TORRADO, NAO DESCAFEINADO, EM GRAO	2,1	2,12	2,12	1,81	1,78	1,98	2,07	2,83
AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, 1500 < CM3 <= 3000, ATE 6 PASSAG	1,96	2,18	2,39	2,49	2,84	2,46	2,13	2,06
ACUCAR DE CANA, EM BRUTO	1,95	2,86	2,01	1,56	1,84	1,84	2,4	1,38
BAGACOS E OUTS. RESIDUOS SOLIDOS, DA EXTR. DO OLEO DE SOJA	1,84	1,76	2,42	3,38	3,55	3,64	3,54	2,99
PASTA QUIM. MADEIRA DE N/CONIF. A SODA/SULFATO, SEMI/BRANQ	1,83	1,76	1,67	1,72	2,3	1,84	2,05	2,77
PEDACOS E MIUDEZAS, COMEST. DE GALOS/GALINHAS, CONGELADOS	1,73	1,44	1,89	1,75	1,49	1,46	1,35	0,81
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADAS	1,68	1,79	1,51	1,42	0,99	0,84	0,86	0,6
OUTS. ACUCARES DE CANA, BETERRABA, SACAROSE QUIM. PURA, SOL.	1,23	1,62	1,3	1,17	1,08	1,63	1,51	0,79
MILHO EM GRAO, EXCETO PARA SEMEADURA	1,17	0,33	0,09	0,6	0,5	0,43	0,85	0
FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO, C/PESO <= 0.5% DE FOSFORO	1,16	1,19	1,53	1,22	0,78	0,78	0,73	0,81
TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR	1,15	0	-	-	-	-	-	-
OUTRAS GASOLINAS	1,14	0,87	0,89	0,58	0,74	0,68	-	-
"FUEL-OIL"	1,09	1,41	1,19	1,22	1,34	0,89	-	-
FUMO N/MANUF. TOTAL/PARC. DESTAL. FLS. SECAS, ETC. VIRGINIA	1,08	0,94	1,1	1,09	1,08	1,22	1,17	1,05
CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/EMBARCACOES	0,96	0,95	0,92	0,85	1,01	0,97	0,87	0,96
SUCOS DE LARANJAS, CONGELADOS, NAO FERMENTADOS	0,96	0,76	0,67	0,82	1,24	1,44	1,39	1,85
ALUMINIO NAO LIGADO EM FORMA BRUTA	0,94	1,08	0,86	0,98	1,23	1,35	1,16	1,72
CARNES DE GALOS/GALINHAS, N/CORTADAS EM PEDACOS, CONGEL.	0,9	0,68	0,92	0,83	0,84	0,75	0,86	0,65
ALCOOL ETILICO N/DESNATURADO C/VOL. TEOR ALCOOLICO >= 80%	0,9	1,04	0,63	0,48	0,2	0,28	0,16	0,06
ALUMINA CALCINADA	0,8	0,79	0,48	0,43	0,44	0,28	0,34	0,39
CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/AERONAVES	0,78	0,82	0,78	0,53	0,52	0,58	0,94	0,81
OLEO DE SOJA, EM BRUTO, MESMO DEGOMADO	0,76	0,6	0,86	1,2	1,42	1,12	0,71	0,54
OUTROS PRODS. SEMIMANUF. FERRO/ACO, C < 0.25%, SEC. TRANSV. RET	0,76	0,84	0,91	1,26	1,26	1,53	1,06	1,47
FERRONIOBIO	0,66	0,39	0,36	0,31	0,38	0,44	0,43	0,44
AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO, 1000 < CM3 <= 1500, ATE 6 PASSAG	0,65	0,81	0,87	0,41	0,17	0,12	0,19	0,24

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SECEX/MDIC.

Algumas exceções são o aumento da participação dos seguintes bens na pauta de exportação: outros aviões/veículos aéreos, peso > 15000kg, vazios; automóveis c/motor explosão, 1000 < cm3 <= 1500, até 6 passag; e terminais portáteis de telefonia celular. Esses são produtos de mais alto valor agregado, além de possuírem maiores elasticidades renda da demanda. Desse modo, respondem de uma forma mais dinâmica ao crescimento da renda mundial.

Pela análise dos 30 principais produtos exportados pelo Brasil, em 2007, pode-se concluir que sua pauta de exportação já é altamente dependente de produtos com baixo ou médio valor agregado, além de ser composta, principalmente, por produtos com baixa elasticidade renda.

Com o elevado crescimento de países com baixa renda per-capita, há uma grande demanda por essa gama de bens. No entanto, com a elevação da renda, outros bens começam a ganhar importância relativa. Essas mudanças podem ocorrer mais rapidamente do que pensamos na medida que China e Índia passam por um processo de crescimento acelerado há um longo período de tempo.

FINANÇAS PÚBLICAS

O governo central obteve em janeiro de 2008 uma arrecadação 3,8% menor do que a do mês de dezembro de 2007. O total ficou em R\$ 64,6 bi contra R\$ 67,1 bilhões do mês anterior, conforme Tabela 04. Em relação ao mesmo mês de 2007 a arrecadação apresentou uma forte elevação, totalizando R\$ 64,6 bi contra R\$ 52 bi de janeiro de 2007, representando um aumento de 24%. A melhora na arrecadação do Governo Central comparativamente ao mesmo período do ano anterior foi influenciada pelo comportamento do IRPJ e da CSLL que refletiu o aumento dos lucros obtidos em 2007, especialmente pelo setor financeiro. Além disso, a arrecadação do IRRF sobre rendimentos do trabalho cresceu R\$ 2,2 bilhões (87,5%) fruto do aumento do número de vagas e do aumento de trabalhadores formais, ou seja, com carteira assinada.

TABELA 04 – Resultado primário do Governo Central – em R\$ milhões

Discriminação	Dezembro			Janeiro		
	2007	2008	Var. %	2007	2008	Var. %
Receita Total	67.121	64.569	-3,8	52.086	64.569	24
Receita do Tesouro	47.081	53.226	13,1	42.552	53.226	25,1
Receita da Previdência Social	19.828	11.206	-43,5	9.477	11.206	18,2
Receita do BCB	212	136	-35,8	57	136	138,6
Transf. a Est. e Municípios	11.465	10.217	-10,9	8.133	10.217	25,6
Receita Líquida	55.656	54.352	-2,3	43.953	54.352	23,6
Despesa Total	63.708	38.990	-38,8	32.397	38.990	20,3
Despesa do Tesouro	39.767	22.495	-43,4	19.108	22.495	17,7
Pessoal e Encargos	13.240	12.571	-5,1	10.437	12.571	20,4
Custeio e Capital	26.396	9.901	-62,5	8.678	9.901	14,1
Transferência ao BCB	130	23,5	-81,9	-6,7	23,5	450,7
Desp. da Previdência Social	23.714	16.296	-31,3	13.173	16.296	23,7
Despesas do BCB	226	199	-11,9	116	199	71,5
Res. Primário do Gov. Central	-8.052	15.362	290,8	11.556	15.362	32,9
Tesouro Nacional	-4.152	20.514	594	15.310	20.514	34
Previdência Social	-3.886	-5.089	-30,9	-3.696	-5.089	-37,7
Banco Central (BCB)	-14	-62,7	-347,8	-58,7	-62,7	6,8
Resultado Primário/PIB	-	-	-	5,73%	6,89%	20,2

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

A Despesa total do Governo Central apresentou uma queda acentuada em janeiro quando comparado com o mês anterior. No mês ela ficou em R\$ 39 bilhões contra R\$ 67,7 bilhões do mês anterior, representando uma queda de aproximadamente 39%. Essa brusca queda se deve ao fato do mês de dezembro ser atípico, concentrando o pagamento do 13º salário dos ativos e inativos, o que dificulta a comparação. Quando comparado com o mês de janeiro de 2007, a despesa total cresceu 20,3%, considerando que os gastos naquele mês foram de R\$ 32,4 bi.

O item que mais contribuiu para o crescimento da despesa total em relação a janeiro de 2007 foi a despesa da Previdência Social, que subiu 23,7%, com gastos totais de R\$ 16,3 bi em relação ao mesmo mês do ano passado. Em seguida aparece o item Pessoal e Encargos com expansão de 20,4% e gastos totais de R\$ 12,5 bi. As Despesas do Tesouro Nacional, por sua vez, cresceram 17,7% totalizando R\$ 22,5 bi. Como proporção do PIB, os benefícios já representam 7,31%, enquanto em 2007 era de 6,5%.

Sem considerar as Transferências a Estados e Municípios, o resultado primário do governo central em 2008 foi recorde, alcançando R\$ 15,3 bi, resultado 32,9% maior do que o realizado em janeiro de 2007, que havia somado R\$ 11,5 bilhões, como mostra a tabela abaixo.

Levando-se em consideração os últimos doze meses até janeiro, o superávit acumulado atingiu R\$ 106,8 bilhões (4,15% do PIB), elevando-se em 0,17 p.p. do PIB em relação ao valor registrado até dezembro de 2007, devido, basicamente, ao desempenho registrado no âmbito do Governo Central.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em 2008 atingiu R\$1.140,9 bilhões (42,1% do PIB) em janeiro contra R\$1.150,4 bilhões (42,8% do PIB) do mês de dezembro de 2007. Esse é o menor nível de endividamento desde dezembro de 1998 quando a DLSP era 38,9%. A redução na DLSP, pelo quarto ano seguido, se deve ao resultado primário (0,7 p.p.), ao efeito do crescimento do PIB valorizado (0,4 p.p.). Já os juros nominais foram responsáveis por elevação correspondente a 0,5 p.p. do PIB e o ajuste decorrente da apreciação cambial, por elevação de 0,1 p.p.

Em relação à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), sua composição apresentou os seguintes resultados em 2007: Selic (32%), Câmbio (-1,9%), Prefixados (29,3%), Índice de Preços (22,9%). O Custo Médio da DPMFi reduziu-se de 14,52% a.a. para 13,14% a.a. e o Prazo Médio atingiu 37,6 meses, ou seja, 1,1 p.p. de elevação.

Equipe Técnica

Guilherme R. S. Souza e Silva. Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia. guilherme.fdg@uol.com.br

Jedson César de Oliveira. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Finanças Públicas e de Macroeconomia. jecoli@sociais.ufpr.br

João Basílio Pereima Neto. Doutorando em Economia e professor assistente pela UFPR. Membro da equipe técnica do Boletim. joaobasilio@unibrasil.com.br

Luciano Nakabashi. Doutor em economia pelo CEDEPLAR/UFMG, professor adjunto do departamento de economia da UFPR e coordenador do Boletim de Economia & Tecnologia. luciano.nakabashi@ufpr.br

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da UniBrasil. lucianofg@gmail.com.